

# PREFÁCIO

*Esta é a sexta edição brasileira do relatório anual Observatório da Cidadania. Em 2001, os labores de finalização do relatório anual se deram em meio à perplexidade imediata perante o 11 de setembro e às expectativas quanto ao iminente ataque ao Afeganistão. A tônica do prefácio, então, era a da incerteza e do apelo firme ao multilateralismo e à tolerância. Este ano, são incomparavelmente mais nítidos os efeitos deletérios da era pós-11 de setembro sobre o sistema multilateral e, em particular, sobre as Nações Unidas.*

*Escrevemos, hoje, numa atmosfera que, além de incerta, é determinada pelo temor e pela indignação (surda) que envolvem a estratégia norte-americana de crescente unilateralismo. É impossível dizer se, no momento de lançamento deste relatório, estaremos ou não imersos no reordenamento bélico do Oriente Médio e suas imprevisíveis repercussões.*

*Esses são também tempos de grande frustração. Quer seja no plano da sociedade civil global, quer no plano das opiniões públicas nacionais – após uma década de abertura e expansão da legitimidade ético-política das Nações Unidas –, experimenta-se um enorme desapontamento em relação às grandes negociações conduzidas pelo sistema. Na origem mais imediata desta frustração estão os resultados pífios da Conferência de Financiamento do Desenvolvimento (Monterrey, março de 2002) e, mais especialmente, os da Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável (Johannesburgo, setembro de 2002).*

*É preciso reconhecer, portanto, que esta edição situa-se em um ponto de inflexão, o qual decorre dos enormes desafios de uma iniciativa que tem como característica incidir na interseção entre dinâmicas políticas globais e nacionais. Nesse sentido, cabe desenvolver aqui, ainda que de maneira breve, algumas reflexões sobre as implicações dessa nova cena, tanto para o próprio Observatório, quanto para outros atores da sociedade civil que se situam nesse mesmo campo e terreno de incidência.*

*Não temos dúvidas que os indícios do enfraquecimento do sistema ONU são hoje dramáticos. Todavia, é preciso lembrar que eles não devem ser vistos apenas como um efeito do governo Bush ou do pós-11 de setembro. Desde os anos 1980, debatem-se limites do sistema ONU, em especial o desequilíbrio entre o Conselho de Segurança e a Assembleia Geral, assim como a sua lentidão operacional. Conforme analisamos, em edições anteriores, essas debilidades se fizeram flagrantes nos processos de revisão do Cairo+5 (1999), Copenhague+5 (2000), e Pequim+5 (2000).*

*O cenário fica, sem dúvida, ainda mais crítico quando observado à luz dos efeitos do unilateralismo norte-americano e do gradativo deslocamento das principais negociações comerciais e financeiras para o âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC). Contudo, o “esgotamento” de um modelo de negociação global (na forma das grandes conferências) não deveria, a nosso ver, ser interpretado de maneira simplista, como uma espécie de fim anunciado do sistema ONU. Nem, tampouco, deveria nos levar à conclusão de que a ONU é uma inutilidade. Num mundo*

*interdependente, é cada vez mais fundamental a existência de mecanismos de governança global que sejam efetivos e democráticos. Os déficits atuais do sistema ONU não justificam seu abandono. Para invocar a perspectiva da Paz Perpétua de Kant, a única posição razoável contra o Hobbesianismo e o unilateralismo é mais multilateralismo. Diante dos esforços sistemáticos do governo Bush para enfraquecer as Nações Unidas – que decorrem da aversão histórica da direita americana ao multilateralismo –, não deveríamos ser nós a adicionar água ao moinho das forças para quem a ONU não serve para nada.*

*Também devemos levar em consideração que é justamente em meio a este cenário pessimista que vemos o fortalecimento do Fórum Social Mundial como um processo de mobilização das diferentes forças sociais na luta em favor de uma outra globalização. A consolidação do FSM como espaço civil mundial – multifacetado, aberto a todos e todas que queiram participar, desde que respeitem os valores expressos em sua Carta de Princípios – é um dos elementos mais animadores na perspectiva de fortalecimento de processos políticos contra-hegemônicos.*

*Além disso, os investimentos realizados no sentido de articular as políticas nacionais com consensos internacionais tampouco deveriam ser minimizados. As muitas iniciativas nacionais e globais de monitoramento das conferências contribuíram, sem dúvida, para consolidar, em particular na sociedade civil brasileira, uma cultura de atenção permanente às políticas públicas numa perspectiva ampla. Já não se trata de monitorar, de forma isolada, a política de saúde da mulher ou as medidas de combate à violência. Mas de observar criticamente essas políticas na sua relação com outros setores e dimensões: a economia, os orçamentos, os constrangimentos globais.*

*A sociedade civil brasileira pode vir a ter um papel fundamental se souber resgatar os acúmulos adquiridos até aqui, especialmente em um contexto de mudança de governo, qualquer que seja o resultado eleitoral. O Brasil deveria ter reforçada a sua capacidade de atuar globalmente especialmente em três áreas estratégicas:*

- o debate sobre uma nova arquitetura de governança econômica global, que inclua não apenas a reforma da ONU, mas também das demais instituições globais, como o Banco Mundial, o FMI e a própria OMC;*
- a preservação e ampliação do sistema internacional de promoção e proteção dos direitos humanos. Essa tarefa poderia e deveria ser facilitada pela recente ascensão de um brasileiro, Sérgio Vieira, ao posto de Alto Comissário para os Direitos Humanos;*
- o campo da sustentabilidade ambiental. Os frágeis resultados da Rio+10 não deveriam significar o abandono da agenda do desenvolvimento sustentável. O Brasil deveria assumir a liderança internacional nesse debate, com a autoridade de país que sediou a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, a Rio-92.*

*Este cenário converge e contrasta com a conjuntura brasileira de eleições gerais. À luz da agenda de debates trazida pelo Observatório, desde 1997, algumas questões e temas presentes na agenda eleitoral são de enorme relevância. Por exemplo, a discussão envolvendo a nova “ida” ao Fundo Monetário Internacional demonstrou o quanto permanece atual a “ditadura” dos constrangimentos econômicos – que determinou os limites e possibilidades da política pública no Brasil dos anos 1990. Avaliamos, no entanto, que esse tema não foi tratado com a profundidade e a transparência devidas no decorrer do debate eleitoral. As eleições serão mais um ponto de partida do que um ponto de chegada, implicando enormes desafios tanto para o futuro governo, quanto para a sociedade civil.*

*Do ponto de vista de uma agenda positiva, o processo eleitoral incorporou temas essenciais, sistematicamente abordados em nossos relatórios anuais. Este foi o caso das discussões em torno da questão do emprego e da educação, assim como das várias dimensões do problema das desigualdades sociais. A cena eleitoral, portanto, não remete apenas a riscos e constrangimentos econômicos mais ou menos anunciados, mais ou menos debatidos. Envolve também várias dimensões fundamentais de uma agenda de igualdade, justiça social e direitos humanos.*

*Foi a primeira eleição presidencial em que as mulheres estiveram, de fato, visíveis. Embora essa visibilidade tenha se expressado, em um primeiro momento, como simulacro (estavam as mulheres, mas não os seus interesses e aspirações), a situação evoluiu ao longo da campanha. Os conteúdos ganharam densidade, entre outras razões, porque as coordenações de campanhas descobriram que os votos femininos são decisivos para determinar os resultados eleitorais. A novidade irá, sem dúvida, definir um novo patamar para o debate sobre mulheres e política no país.*

*A questão da discriminação e desigualdade racial também se fez presente no debate eleitoral, quer seja em razão de candidaturas de afrodescendentes – como no caso do Rio de Janeiro – quer seja por efeitos de atitudes desastradas de alguns atores da cena eleitoral. Os próximos governos federal e estaduais terão que considerar as propostas contra a discriminação e a aplicação de ações afirmativas. O grande desafio que teremos pela frente é como monitorar e avaliar a implementação dessas medidas, de modo a corrigir rumos e evitar distorções. Para isso, será preciso um esforço ainda maior de colaboração e abertura para o debate entre diferentes setores da sociedade.*

*Outro destaque no debate eleitoral foi, sem dúvida, a temática da violência e da segurança pública, a qual apresenta claras interseções com a pauta do Observatório, em especial no que diz respeito aos temas transversais das desigualdades e dos direitos humanos. As dificuldades apresentadas pelos principais candidatos em delinear, claramente, suas propostas nessa área – independentemente do enorme acúmulo e conhecimento hoje existente sobre o assunto – demonstram de forma evidente ser essa uma das áreas a merecerem atenção especial do futuro governo.*

*O presente relatório busca cobrir as muitas facetas deste cenário complexo, multidimensional e paradoxal. No que diz respeito ao “esgotamento” das negociações das Nações Unidas, por exemplo, publicam-se duas avaliações da Conferência de Monterrey (John Foster e Marina Durano), um balanço preliminar da Rio+10 (Henri Acsehrad), assim como um artigo sobre os resultados da revisão de cinco anos da Cúpula Mundial de Alimentação (Roma, junho de 2002), cuja dinâmica foi também afetada pela mesma lógica de impasse (Flávio Valente e Francisco Menezes). O artigo de Jorge Durão faz um balanço severo da cena política internacional e Atila Roque escreve sobre o papel do Fórum Social Mundial nesse contexto. Na seção dedicada aos relatórios dos países, destacam-se os da Argentina e da Palestina como ícones da persistente desordem global.*

*A seção nacional cobre tanto aspectos macro, quanto angulações setoriais das políticas públicas brasileiras. A política macroeconômica e a questão social são tratadas com diferentes ênfases nos artigos de Fernando Cardim Carvalho, Amélia Cohn e Paulo Rocha – que exploram, respectivamente, os fundamentos filosóficos da política econômica vigente, os efeitos do ajuste fiscal sobre o orçamento federal e a sua relação com as políticas sociais. Já no que se refere a políticas setoriais, esta edição é multifacetada. Trata tanto das bases para uma política de segurança pública (Julita Lemgruber, Leonarda Musumeci e Silvia Ramos), quanto da descentralização do Sistema Único de Saúde, com especial atenção para seus efeitos na política nacional de DST e Aids (Sérgio Piola e Crisitina Pimenta), além de oferecer um primeiro balanço sobre os impactos da Conferência de Durban no Brasil (Rosana Heringer). A expectativa é de que as análises aqui desenvolvidas possam informar debates e iniciativas da sociedade civil no momento pós-eleitoral.*

*Finalmente, duas novidades editoriais. A primeira é que esta edição inaugura um exercício de discussão crítica dos indicadores existentes (Wilza Vilella e Sônia Correa; Francisco Menezes) em algumas áreas selecionadas, com vistas a uma análise mais crítica dos “indicadores de compromissos cumpridos” (ICC). A segunda é o deslocamento da nota metodológica e do conjunto de tabelas que medem a evolução dos compromissos para um CD-ROM que acompanha esta edição, o qual também inclui os textos da edição brasileira e as edições completas em inglês e em espanhol do relatório internacional do Social Watch. Com isso, ampliamos os acesso aos conteúdos e aos debates produzidos por organizações civis de diferentes países. ■*

ATILA ROQUE E SÔNIA CORREA